Questões de género na orientação vocacional. (Re)construir novos discursos da prática

Conceição Nogueira*

De acordo com o titulo desta comunicação, *Questões de género na orientação vocacional. (Re)construir novos discursos da prática* pretende-se apresentar por um lado a evolução da psicologia vocacional, as suas teorias sobre o comportamento vocacional das mulheres e a construção daí decorrente de discursos acerca de quais as práticas adequadas (discursos esses que têm norteado e continuam a influenciar os profissionais do domínio), e por outro lado referir como a própria psicologia tem tratado as questões das mulheres.

Assim, pretende-se analisar de que modo o género tem sido tratado na psicologia, especificamente na psicologia social, analisando o seu posicionamento relativamente à questão da igualdade entre os sexos, posicionamento esse que foi sendo influenciado pelo desenvolvimento das teorias feministas das diferentes épocas e de diferentes orientações.

Por fim, analisando os pontos de encontro mais importantes entre essas duas evoluções, pretende-se colocar algumas questões, que sendo teóricas, são práticas porque sugerem reflexões sobre as práticas actuais, viabilizando possibilidades alternativas.

---

* Departamento de Psicologia. Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho.

No entanto é importante salientar que a falta de respostas concretas e consideradas como "certas" e "verdadeiras", poderá constituir um factor de insegurança. Para quem está na prática, a segurança é certamente um valor importante, mas, face à quantidade de desafios que se nos deparam, à diversidade de situações e ao desenvolvimento acelerado da tecnologia, urge parar para reflectir sobre as estratégias utilizadas, sobre os métodos em que deposita tanta fé e essencialmente sobre como (re)construir novos discursos da prática que possam promover a igualdade

Antes de iniciar uma breve análise sobre a evolução da psicologia social do género, é importante reafirmar a existência de desigualdades, que os dados estatísticos tão facilmente nos demonstram.

Segundo os dados apresentados pela Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, na sua publicação Portugal 97 Situação das Mulheres, apesar das mulheres constituírem cerca de 51,8 % da população portuguesa, representarem 43% da população activa, são ainda as mais afectadas pelo desemprego e no acesso ao primeiro emprego.

A sua participação no mercado de trabalho está concentrada em sectores de actividade muito específicos, como o são a educação, a saúde, os serviços sociais, serviços de uma forma geral e indústria têxtil e calçado, sendo a sua presença diminuta em postos de decisão.

No que diz respeito à política, e do resultado das eleições realizadas em Outubro de 1999 para a Assembleia da República pode ver-se que as mulheres ocupam cerca de 44 dos 230 assentos (cerca de 19%), dos 58 cargos governamentais 6 foram ocupados por mulheres, não existem governadoras civis e relativamente ao poder local, das 305 câmaras do país apenas 12 são presididas por mulheres.

No que diz respeito à educação as mulheres representam mais de metade da população que detém o ensino secundário, médio poli-

técnico e mes
do superior a
Educação de
todos os ram
Informática,
dos portugues
rior 59,7% er
mulheres repr
centagem dec

Assim, a
população act
maior numero
domínios onde

Co o re
Ministros da
lução que cor
nidades entre r
conizam, entr
actores do pro
dade de oportu
blemática da p
inicial e contín
ção, assiste-se
como são apre
conhecimento,
1997).

Neste sen
nais ligados à
problemática, j
vamente ao pr
muitos jovens.

técnico e mesmo superior e o seu aproveitamento escolar é considerado superior ao dos rapazes. Segundo as estatísticas do Ministério da Educação de 1994/95 a predominância das mulheres verifica-se em todos os ramos, excepto Arquitectura e Urbanismo, Matemática e Informática, Ciências da Engenharia, Religião e Teologia. Em 1997 dos portugueses com menos de 30 anos, habilitados com curso superior 59,7% eram mulheres. No que diz respeito ao pessoal docente as mulheres representam 70% a nível do ensino secundário, mas esta percentagem decresce quando se analisa o ensino superior.

Assim, apesar das mulheres constituírem cerca de metade da população activa, possuírem cada vez mais qualificações e serem em maior numero no ensino superior, a sua participação é assimétrica nos domínios onde o poder interessa.

Como refere Teresa Pinto (1997) " em 1985, o Conselho e os Ministros da Educação reunidos em Conselho aprovaram uma resolução que contém um Plano de Acção sobre igualdade de oportunidades entre raparigas e rapazes em matéria de Educação. Nele se preconizam, entre outras medidas, a sensibilização do conjunto dos actores do processo educativo para a necessidade de realizar a igualdade de oportunidades entre raparigas e rapazes e a inserção da problemática da pedagogia da igualdade de oportunidades na formação inicial e contínua de docentes " (p. 132). Ainda relativamente à educação, assiste-se ainda à persistência de desigualdades relativas à forma como são apresentados homens e mulheres nos diferentes domínios do conhecimento, nos manuais escolares, e na prática pedagógica (Pinto, 1997).

Neste sentido torna-se igualmente fundamental que os profissionais ligados à Orientação Escolar e Profissional, estejam sensíveis à problemática, já que eles desempenham um papel fundamental relativamente ao processo e/ou momento dedicado à escolha vocacional de muitos jovens.

Torna-se cada vez mais claro que as mulheres pretendem trabalhar fora de casa e que esse trabalho joga um papel cada vez mais importante nas suas vidas. No entanto, enquanto a extensão da participação da mulher é semelhante à do homem, a natureza dessa participação continua a diferir da do homem em termos económicos, de baixo estatuto assim como devido à multiplicidade de papeis exigidos ás mulheres (Amâncio, 1989; 1994). Isto é, continua a assistir-se a um estado de desigualdade que tem sido explicado por diferentes disciplinas, entre as quais a psicologia, especificamente a psicologia social, onde os efeitos das teorias feministas fizeram e fazem-se sentir no modo como se problematizam e discutem as questões de género (Nogueira, 1997).

Assiste-se no presente a um clima de grande agitação teórica nos estudos feministas (Flax, 1990), que se repercute a todas as disciplinas que pretendem estudar o género, já que todas as questões que a pós-modernidade coloca, considerados desafios criativos para uns, contradições e ambivalências para outros, implicam reacções diversas de medo, de repúdio, de exaltação mas também tentativas de resposta mais críticas e menos subordinadas (Harding, 1986).

Assim, no que diz respeito à problemática da igualdade e da diferença, o grande conflito do presente, podemos encontrar argumentos e grupos feministas adeptos de qualquer das posições divergentes. No entanto, parece cada vez mais evidente que apesar do debate e da existência de conflitos dentro do feminismo relativamente a quais posições aderir, na sua grande maioria as feministas e as psicólogas feministas em particular, questionam aquilo que foi aceite como sendo a verdade ou a realidade no que diz respeito às questões do género (Hare-Mustin & Marecek, 1994).

A desigualdade de direitos e de oportunidades das mulheres está bem documentada pela análise histórica. Para esta desigualdade con-

tribuíram os discursos justificativos de diferentes domínios, como da filosofia ou da medicina. A psicologia como ciência tendo nascido no fim do século, não quis deixar de se interessar e fornecer o seu próprio discurso relativamente a esta questão (Nogueira, 1997). Assim, no início do século, iniciou-se um grande programa de pesquisa com o estudo empírico das diferenças sexuais. Apresentaram-se desde logo uma infinidade de trabalhos relatando a existência dessas diferenças, em todos as áreas do comportamento humano (Hare-Mustin & Marecek, 1990). Para a arena pública anunciavam-se os resultados científicos (logo considerados exactos e verdadeiros) desses trabalhos, referindo invariavelmente diferenças sexuais naturais entre os sexos, sendo as características associados ao sexo masculino as mais valorizadas essencialmente no que dizia respeito a todas as competências importantes e necessárias para o exercício da cidadania e do poder. As diferenças anunciadas e valorizadas positivamente para as mulheres sempre se associaram às suas características emocionais, pouco confiáveis para o domínio público, mas obviamente muito convenientes para o seu papel na família, como mães e esposas, na esfera privada. Foram assim criados estereótipos que confirmavam e justificavam a desigualdade e a discriminação (Amâncio, 1994; Nogueira, 1997).

Desde essa altura o grande objectivo das psicólogas feministas consistiu em procurar ultrapassar os estereótipos aceites e disseminados na sociedade sobre as diferenças sexuais. No entanto, só com o surgimento dos movimentos feministas mais activos dos anos 60, é que se pode considerar o início de um programa de pesquisa psicológica sobre o género, levado a cabo por psicólogas feministas, que criaram nos seus departamentos nas universidades, grupos designados, ou por, estudo das mulheres ou estudos de género.

Mantendo como objectivo central a dismistificação e erradicação dos estereótipos associados às mulheres, que limitavam os seus

direitos e oportunidades, estes diferentes grupos seguiram caminhos nem sempre muito concordantes e que ainda se mantêm no presente.

Nesta evolução relativa à forma como a psicologia tratou as questões do género, podemos falar de três grandes perspectivas: as abordagens empiricistas e as abordagens centradas no feminino, (as duas ainda predominantes da psicologia principalmente nos Estados Unidos) e por fim a perspectiva mais recente (e por isso ainda minoritária) do construcionismo social, perspectiva esta influenciada pelos movimentos actuais ligados à tão controversa "pós-modernidade" (Harding, 1986; 1994)

No primeiro grupo (abordagem empiricista) encontram-se as psicólogas feministas que criticando os resultados obtidos nas investigações dos seus colegas (geralmente do sexo masculino que persistem em procurar e encontrar diferenças sexuais), empregam os mesmos métodos, demonstrando como é possível levar a cabo pesquisa sobre diferenças sexuais, objectiva e fiável, evitando enviesamentos metodológicos, e concluindo, por norma, que existem mais semelhanças que diferenças entre os sexos. Apesar destas pesquisas demonstrarem de um modo geral a inexistência de diferenças sexuais, e de estes resultados serem também publicados, o que é certo é que os estereótipos continuam a ser utilizados, quando conveniente, para justificar leis, decisões e julgamentos. Face a estes dados pode-se sempre colocar a questão: porque será que os resultados científicos só são a verdade quando essa verdade é ideologicamente conveniente?

A segunda perspectiva que se iniciou por volta dos anos 70, é designada por centrada no feminino, e aqui se encontram muitos grupos que se intitulam de estudos sobre as mulheres. Nesta abordagem não se nega a diferença entre os sexos, pelo contrário assume-se essa diferença. Rejeitam a desvalorização dos traços e das características femininas, enfatizando pelo contrário um modo de ser radicalmente

distinto entre
radas, senão d
superior. Cons
diferenças ent
nadas por min
necessariamen
tintos de relaci
ráveis, nem de
rativo. Assim,
a maneira de
mulheres repre
sal que se deli
bem distintas,
riências soc
bem conhecidc
cognitivo e mo

Para os
foram em certa
as qualidades f
sença em deter
as organizaçõe
estas perspecti
nas suas caract
podem acabar
A história tem
de maior igua
pares, os discu
dos filhos eme
Guerra Mundi
assumir os p
mulheres.

distinto entre os sexos, onde as características femininas são consideradas, senão de igual valor, na sua grande maioria mesmo de qualidade superior. Considerada uma perspectiva maximalista relativamente às diferenças entre os sexos (contrariamente ao primeiro grupo designadas por minimalistas), sugerem que tendo as mulheres experiências necessariamente distintas das dos homens, têm obviamente modos distintos de relacionamento, pensamento etc., que não podem ser comparáveis, nem de modo nenhum hierarquizáveis dum ponto de vista valorativo. Assim, a diferença é afirmada mas a avaliação é invertida: a maneira de ser das mulheres é enaltecida e não desvalorizada. As mulheres representam assim uma categoria bem diferenciada e universal que se delimita da categoria homem pela posse de características bem distintas, sejam elas de natureza biológica ou resultado de experiências de socialização. São exemplo paradigmático desta posição os bem conhecidos trabalhos de Carol Gilligam sobre o desenvolvimento cognitivo e moral das adolescentes.

Para os movimentos feministas activistas, estas posições foram em certa medida consideradas importantes, já que ao enaltecer as qualidades femininas poder-se-ia advogar a necessidade da sua presença em determinados sectores, porque, por exemplo, humanizavam as organizações dado o seu enaltecido lado relacional. No entanto, estas perspectivas ao centrarem-se completamente nos indivíduos e nas suas características, esquecem as relações de poder da sociedade e podem acabar por fazer perigar ainda mais a posição das mulheres. A história tem mostrado que quando as mulheres atingem situações de maior igualdade e inclusive de competitividade face aos seus pares, os discursos sobre a sua importância no lar e na educação dos filhos emergem. Assistiu-se a essa situação no fim da Segunda Guerra Mundial, depois dos homens regressarem e pretenderem assumir os postos, as empresas etc., até aí assegurados pelas mulheres.

Face às duas perspectivas apresentadas, a terceira, da psicologia social construcionista do género, apresenta-se como radicalmente distinta (Freud, 1994). Assume que as duas primeiras abordagens, apesar de terem posicionamentos antagónicos relativamente à questão das diferenças sexuais, são similares num ponto essencial: ambas assumem o género de uma forma essencialista. Isto é, ambas diferenciam homens de mulheres, assumindo a existência de características e traços estáveis e internos aos indivíduos. Este essencialismo não representa necessariamente que assumam uma qualquer determinação biológica do género, apenas que se pode encontrar dentro do indivíduo atributos persistentes e independentes do contexto.

Contrariamente a essas duas posições, a abordagem construcionista social assume o género como uma construção emergente das relações sociais e de poder (Kitzinger, 1991; Nogueira, 1997). O género é um constructo que identifica não indivíduos separáveis mas transacções particulares. Definido desta forma, o género não está nas pessoas mas nas interacções que são socialmente construídas como "tendo género". Porque se valorizam as transações valoriza-se o papel da linguagem na construção dos discursos partilhados numa dada cultura, num tempo determinado, e que estão disponíveis à nossa volta, para nos podermos situar e colocar nessas interacções (Burr, 1995).

São os discursos implícitos nas ideologias dominantes e partilhados através das práticas sociais que permitem que o género continue a ser encarado como uma categoria distintiva e essencializadora, definidora de naturezas femininas e masculinas. A ideia aceite e partilhada sobre uma identidade de género definida, imutável e universal, acaba por perpetuar o mesmo sistema de distintividade, diferenciação e consequente assimetria nas relações sociais e de poder(Crawford, 1995).

Esta abordagem baseia muitos dos seus argumentos em algumas críticas que apresenta às duas abordagens anteriores.

Em primeiro lugar, assumir a existência de uma dicotomia clara de homem mulher, constituindo cada parte uma categoria distinta e universal, implica que se ignore a diversidade intra-categorial (por exemplo, o que têm em comum mulheres brancas da classe média vivendo nos Estados Unidos da América com as mulheres negras que vivem em bairros pobres? Serão as suas semelhanças superiores ás suas diferenças?)

Por outro lado, quando os traços estão localizados nos indivíduos a responsabilidade da mudança fica a cargo das pessoas e não da sociedade. Na Psicologia assiste-se continuamente à realização de programas de promoção de competências para mulheres, de competências de liderança, de assertividade, etc., assumindo-se que é por falta dessas competências que as mulheres não conseguem aceder a determinados postos. Adopta-se frequentemente uma postura do tipo "blame the victim" (culpar a vítima), já que se faz situar nas próprias mulheres as razões para a sua discriminação.

A posição construcionista social do género, nas suas versões mais radicais pode implicar a desconstrução das categorias e por isso fazer desaparecer a categoria "mulher". No entanto, esta posição é criticada por alguns grupos feministas que sendo igualmente críticas dos programas e teorias feministas na psicologia que lideravam o estado das coisas até ao presente, propõem uma posição crítica mas pragmática. Pensam que a sociedade, os cientistas, a política, não estão preparados para essa situação de desconstrução e que isso implicaria a manutenção das desigualdades existentes no presente. Assim, sugerem a alternância assumida de posições. Assumir a categoria mulher é importante para a tomada de consciência das desigualdades, e do efeito do poder proveniente dos discursos científicos que justificam a subalternização das mulheres (poder médico, psicológico, etc.), mas em determinadas situações deve-se fazer a sua desconstrução, por exemplo, quando são atribuídos papeis, situações, traços como inevitavelmente associados à

categoria-mulher e que reflectem a perpetuação da desigualdade (Wilkinson & Kitzinger, 1995).

Para concluir poderemos dizer que apenas considerando o género como uma construção social emergente dos discursos com os quais a realidade social à nossa volta é construída, poderemos compreender como a discriminação continua, apesar de todo o trabalho cientifico de psicólogas feministas que, minimizando ou maximizando as diferenças, esperavam alcançar a igualdade para o número crescente de mulheres no mercado de trabalho.

Tendo como pano de fundo o actual *estado de coisas* na psicologia social questionamo-nos seguidamente sobre a evolução da psicologia do comportamento vocacional da mulher.

À medida que o número de mulheres a entrar no mercado de trabalho aumenta, elas estão mais capazes de escolher um leque maior de opções de carreira. As mulheres de hoje podem considerar opções possíveis de trabalhos quer tradicionais quer não tradicionais para mulheres. No entanto, apesar das mulheres terem entrado em campos não tradicionais, a grande maioria continua em ocupações designadas por tradicionalmente femininas.

Ao mesmo tempo que a participação no mercado de trabalho por parte das mulheres tem vindo a aumentar, o interesse pelo estudo do desenvolvimento das suas carreiras tem sido alvo de crescente investigação, focada essencialmente na compreensão quer dos processos que envolve, quer na intervenção (aconselhamento e intervenções educacionais e organizacionais) designada para facilitar o seu desenvolvimento. Apesar de ser uma área relativamente nova, o estudo da psicologia vocacional da mulher tem crescido de forma muito significativa nos últimos 30 anos. Se considerarmos os quase 90 anos de história ligados à Psicologia Vocacional e Desenvolvimento das

Carreiras, o Comportamento Vocacional da Mulher é algo recente, já que os primeiros trabalhos surgem no meio dos anos 60 (Betz & Fitzgerald, 1987).

Os autores e investigadores na área da Psicologia Vocacional começaram por reconhecer a inadequação dos modelos conceptuais existentes, face ao comportamento vocacional das mulheres (Fitzgerald & Crites, 1980), referindo-se inclusive à ideia de que a psicologia vocacional seria o estudo do "comportamento vocacional dos homens da classe média". As Teorias do Desenvolvimento das Carreiras, baseadas principalmente no estudo de homens e rapazes, não seriam capazes de explicar de forma eficaz, o complexo e ilusivo desenvolvimento da carreira das mulheres. Seria necessário um modelo conceptual específico do desenvolvimento da carreira das mulheres que fosse capaz de integrar o conhecimento já existente, originar novas hipóteses para investigação, e deste modo poder guiar esforços de intervenção (Hackett, Betz & Doty, 1985).

A constatação da importância do trabalho na vida das mulheres originou um conjunto de pesquisas e teorias que visavam a sua compreensão. Nesses estudos surgiram novas variáveis, principalmente aquelas associadas com o que designavam ser de importância capital: o envolvimento das mulheres com a família. Por essa razão os primeiros trabalhos sobre as mulheres e o trabalho focalizaram-se no estudo dos factores que diferenciavam as mulheres orientadas para a carreira daquelas orientadas para o lar (Betz & Fitzgerald, 1987). No entanto, o aumento do número de mulheres a trabalhar fora de casa fez desaparecer esse conjunto de trabalhos, surgindo então os estudos que procuravam agora diferenciar aquelas mulheres que escolhiam profissões tradicionais daquelas que escolhiam profissões não tradicionais em domínios tradicionalmente associados aos homens, o que em termos da psicologia vocacional implicava um compromisso e um envolvimento superior com a carreira.

Este interesse na carreira das mulheres associado à crença inabalável do seu envolvimento com a família, originou a construção de um conjunto de instrumentos de avaliação onde as variáveis associadas com a família, foram introduzidas. Apesar destes instrumentos terem sido inicialmente criados para estudos sobre as mulheres, foram posteriormente utilizados quer para homens quer para mulheres, introduzindo a lógica do domínio familiar. Como referem algumas autoras, esta situação é paradigmática da vantagem que os estudos sobre as mulheres vieram trazer ao próprio domínio da psicologia vocacional (idem, 1987).

A partir da década de 70, os conceitos de socialização, de papel, de barreiras e de traços de personalidade tornam-se centrais no estudo da psicologia do comportamento vocacional da mulher. Sugere-se que diferentes experiências de socialização dos homens e das mulheres, dão origem a um padrão mais complexo do desenvolvimento da carreira das mulheres. Refere-se a existência de barreiras, internas e externas com as quais as mulheres se confrontam. Do ponto de vista das barreiras internas ou de auto-conceito refere-se a baixa auto-confiança académica, a falta de competitividade e falta de competência para assumir riscos, o medo do sucesso; a existência de poucos modelos femininos assim como o conflito casa-carreira. Relativamente às barreiras externas são referidas a discriminação, a socialização da família e a fraca rede de recursos.

Assim, o fracasso das mulheres em utilizar completamente as suas capacidades individuais, os seus talentos e interesses no prosseguimento das carreiras parece ser a grande diferença entre a carreira destas e dos homens e o resultado mais disseminado das posturas teóricas e metodológicas da época.

A partir dos anos 80 começam a surgir alguns trabalhos que representam já alguns esforços relativos à incorporação da dimensão de género, colocando-o no centro da questão. Estes esforços muitas vezes

desenvolvidos
grupo especia
preensivas da
meiros exemp
uma perspecti
viduais e soci
determinante
exemplo desta
que, em 1984,
tando incorpo
forças sociais
em 4 construct
zação de papé
respeito
tunidade altera
e assim poden
mento face ao
permitia a auto
num determina
oportunidades

O model
apresentado n
são representa
neste domíni
Fitzgerald. Ba
Bandura, (197
das diferenças
efeitos
eficácia (Nogu

Nesta pe
nais realizado

desenvolvidos com a intenção de explicar o comportamento de "um grupo especial", pretenderam dar origem a explicações mais compreensivas da dimensão de género na orientação vocacional. Os primeiros exemplos de teorias vocacionais baseadas no género tinham uma perspectiva socio-psicológica, tentando integrar influências individuais e sociais no comportamento vocacional, enfatizando o papel determinante da socialização e o poder das forças sociais. O melhor exemplo desta concepção diz respeito aos trabalhos de Helen Astin que, em 1984, desenvolveu um modelo de escolha das carreiras tentando incorporar quer características pessoais (psicológicas) quer forças sociais assim como a sua interacção. O seu modelo baseava-se em 4 constructos fundamentais: a motivação, as expectativas, a socialização de papéis de género e a estrutura de oportunidade. No que diz respeito às mulheres, por exemplo, mudanças nas estruturas de oportunidade alteram as expectativas relativas à acessibilidade ocupacional e assim podem ser modificadas as escolhas de carreira e o comportamento face ao trabalho. A centralização na estrutura de oportunidade permitia a autora lembrar que as vidas das mulheres estavam inseridas num determinado contexto cultural que modelava e constrangia as suas oportunidades assim como as percepções acerca dessas oportunidades.

O modelo sobre o comportamento vocacional da mulher que é apresentado na literatura como mais apropriado para a sua compreensão representa o resultado dos trabalhos das autoras mais conhecidas neste domínio, como o são Nancy Betz, Gill Hackett e Louise Fitzgerald. Baseando-se nos pressupostos da teoria de auto-eficácia de Bandura, (1977; 1987) as autoras apresentam um modelo explicativo das diferenças individuais no desenvolvimento de carreira baseado nos efeitos da socialização tradicional feminina, e no constructo de auto-eficácia (Nogueira, 1990).

Nesta perspectiva pode dizer-se que o leque de opções vocacionais realizado pelas mulheres deve ter a ver com a existência de expec-

tativas diferenciais de auto-eficácia quando confrontadas com os homens.

Se os indivíduos têm fracas expectativas de eficácia pessoal num ou mais domínios comportamentais relacionados com as carreiras, os comportamentos críticos necessários para, de forma eficaz realizarem e satisfazerem escolhas ou planos, certamente não serão iniciados ou, se iniciados, poderão não prosseguir face a certos obstáculos. Deste modo parece haver evidência de que as expectativas de eficácia pessoal afectam o comportamento vocacional de uma forma geral.

Se a baixa percepção de eficácia pessoal afecta o comportamento vocacional de ambos os sexos, as autoras acreditam que afectará muito mais o comportamento das mulheres, que, cumulativamente, estão já em desvantagem no mercado de trabalho. Assim, a falta de comportamentos que facilitem a progressão e a realização das mulheres correspondentes às suas capacidades e talentos é devida à falta de fortes expectativas de eficácia pessoal no que diz respeito a comportamentos relacionados com as carreiras. Nesta perspectiva, as baixas ou fracas expectativas de auto-eficácia são vistas como as maiores barreiras da mulher, do ponto de vista interno, expectativas essas que necessitavam ser suficientemente fortes de forma a enfrentar as barreiras externas existentes. Consideram importante o constructo da auto-eficácia para a conceptualização e modificação das barreiras internas, assim como para lidar com as barreiras externas, possibilitando também intervenção no domínio da consulta psicológica. Referem que as escolhas das mulheres devem ter em conta todo o conjunto das capacidades, interesses e talentos e devem representar o total das possibilidades de carreiras, em vez de um leque restrito de profissões tradicionalmente femininas.

Apesar do estudo do desenvolvimento das carreiras das mulheres ter começado como o estudo de um grupo especial, pretendeu também integrar esse conhecimento acerca do grupo, no domínio mais amplo da psi-

cologia vocacional. No entanto, logo que o estudo das mulheres e do género começou a ficar mais integrado, tornou-se também mais aparente que as mulheres não são um grupo homogéneo e que a pesquisa necessita ter essa questão em consideração. Da focalização nas diferenças ou semelhanças entre homens e mulheres passa-se no presente, para a questão de se saber se as mulheres são similares e/ou diferentes entre si. Desta forma surgem as problemáticas da raça e da orientação sexual (Fassinger, 1996), assim como da classe social de pertença. Estas questões representam desafios para o domínio da psicologia vocacional do presente.

Se se pretender analisar criticamente a evolução da psicologia do comportamento vocacional da mulher pode-se dizer, em primeiro lugar, que os estudos e teorias tendo por base o género na psicologia vocacional, assumiram sempre uma distintividade essencial. No entanto, a crença na existência de traços, e papéis diferenciados; acabou por negligenciar as relações sociais de poder que os geravam. Desse modo as relações de poder não foram problematizadas.

Em segundo lugar, todos os trabalhos sobre as escolhas das mulheres acerca do trabalho continuam a ser encarados como ligados completamente às suas decisões sobre a família, condicionando assim o seu investimento ocupacional. Apesar de haver cada vez mais casais onde ambos tem uma carreira, as diferentes autoras assumem que a relação do estatuto marital e familiar com o comportamento vocacional das mulheres é ainda central, afectando o compromisso, o investimento e a inovação relacionados com as carreiras. Assim, estes estudos e trabalhos também não questionam o papel das mulheres na família ficando esta situação igualmente por questionar.

Outra consideração que parece relevante colocar diz respeito ao carácter severamente metodológico da grande maioria destes trabalhos. Os diferentes estudos têm uma vertente metodológica muito rigorosa, o que implica não se questionar o potencial de "verdade" e de certeza" que

esses instrumentos permitem alcançar. Se se considerar que um grande legado da psicologia como ciência foi, e continua a ser, a crença de que o indivíduo pode ser compreendido através da medida, percebe-se de que modo estas abordagens podem trazer segurança para a prática profissional. No entanto, enquanto os psicólogos continuarem convencidos- e convencerem os outros – que as suas proclamações são plausíveis e o seu conhecimento é verdadeiro, a forma como essa avaliação é realizada não é colocada em questão. Acredita-se assim que as diferenças que a psicologia encontra são atribuídas aos indivíduos enquanto essências auto-contidas e estáveis, separados do domínio social.

Concluindo, pode-se dizer que a falta de questionamento em diferentes domínios pode traduzir-se na prática dos profissionais de Orientação Vocacional e dificultar a construção da igualdade. Por isso, algumas considerações poderão ser equacionadas:

Como deverá orientar-se a prática psicológica no domínio vocacional, se se pretender construir novas alternativas?

Como se poderá lidar com o debate acerca da igualdade e da diferença?

Como se pode lidar com a incerteza acerca dos instrumentos e por isso, acerca das "possíveis" verdades acerca das pessoas? e neste caso das mulheres?

Como lidar com a exaltação da categoria mulher, para no momento seguinte a tentar desconstruir?

A resposta a estas questões, difícies e controversas, não será certamente linear. No entanto, conforme algumas feministas assumem no presente,

O desafio da contradição parece infinitamente mais criativo que o conforto do compromisso.

Referências

Amâncio, L. (198
Dis tação
Amâncio, L. (19
Edições Af
Amâncio, L. (19
In H. G.
Astin, H. (1984)
model of ca
-126.
Bandura, A. (197
Psychologica
Bandura, A. (198
Martinez R
Betz, N. E. & Fitz
Palo Alto
Burr, V. (5). A
Crawford, M. (19
Fassinger, R. E. (
the vocati
Vol. 48 (2):

Referências

Amâncio, L. (1989). *Factores Psicossociológicos da discriminação da mulher no trabalho.* Dissertação de Doutoramento não publicada. Lisboa: ISCTE.

Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença.* Porto: Edições Afrontamento.

Amâncio, L. (1998). Sexismo e racismo – dois exemplos de exclusão do outro. In H. G.

Astin, H. (1984) The meaning of work in women's lives: a sociopsychological model of career choice and work behavior. *The Counseling Psychologist*, 12, 117--126.

Bandura, A. (1977). Self-Efficacy: Toward a Unifying Theory Of Behavioral Change. *Psychological Review*, vol. 84, 2, 191-215.

Bandura, A. (1987). *Pensamiento y acción. Fundamentos sociales.* Barcelona: Ediciones Martinez Roca.

Betz, N. E. & Fitzgerald, L. (1987). *The Psychology of Career Development of Women.* Palo Alto

Burr, V. (1995). *An introduction to Social Constructionism.* London: Routledge.

Crawford, M. (1995). *Talking Difference. On gender and language.* London: Sage.

Fassinger, R. E. (1996). Notes from the margins: Integrating lesbian experience into the vocational psychology of women. *Journal-of-Vocational-Behavior.* Apr; Vol. 48 (2): 160-175.

Fitzgerald, L. F., & Crites, J. O. (1980). Toward a career psychology of women:what do we know? what do we need to know? *Journal of Counseling Psychology*, 27, 44-62.

Flax, J. (1990). *Thinking fragments: psychoanalysis, feminism and Postmodernism in the Contemporary West*. Berkeley: University of California Press.

Freud, S. (1994). The Social Construction of Gender. *Journal of Adult Development*, 1 (1), 37-45.

Hackett, G., Betz, N. E. & Doty, M. S. (1985). The Development of a Taxonomy of Career Competencies for Professional Women. *Sex Roles*, vol. 12, 3/4. 393-409.

Harding, S. (1986). *The science question in Feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press.

Harding, S. (1994). Feminism and Theories of Scientific Knowledge. In M. Evans (Ed.), *The woman question*. London: Sage Publications.

Hare-Mustin R. & Marecek J. (1990). *Making Difference. Psychology and the construction of gender*. New Hawen, CT: Yale University

Hare-Mustin, R. & Marecek J. (1994). Asking the right questions: feminist psychology and sex differences. *Feminism and Psychology*, 4 (4), 531-537.

Kitzinger, C. (1991). Feminism, psychology and the paradox of power. *Feminism and Psychology*, 1, 111-129.

Nogueira, C. (1990) A Teoria de Auto-eficácia: Teoria e investigação em contextos educativos: Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Braga: Universidade do Minho.

Nogueira, C. (1997). *Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Género. Perspectiva feminista crítica na Psicologia Social*. Tese de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho

Pinto, T (1997). Igualdade de oportunidades e formação de docentes. *Psicopedagogia, Educação Cultura*, 1, 1, pp. 131-138.

Wilkinson S. & Kitzinger, C. (1995). *Feminism and discourse: psychological perspectives*. London: Sage.

Wilkinson S. (1986). Sighting possibilities: diversity and commonality in feminist research. In S. Wilkinson (Ed.), *Feminist Social Psychology: Developing Theory and Pratice*. Milton Keynes: Open University Press.

A determi
no olhar fe
Subsídios pa

À medida q
mulheres se vão
nos e democráti
vão assumindo
afigura essencial
prendam com a
sar, pondo a nu
reiam o sexo fe

* Universid
1 Y. K. CEN